

## População em situação de rua tem alta de 10% em um ano e chega a 2.828 na região

ENTRE 2025 E 2026

## Número de pessoas em situação de rua registra crescimento de 10,5% na região

Em fevereiro de 2025, a região contabilizava 2.558 indivíduos nessa condição, contra 2.828 no mesmo mês deste ano. Especialista aponta tendência nacional, agravada pela pandemia de Covid-19. [Setecidades 1](#)

# População em situação de rua tem alta de 10% em um ano e chega a 2.828 na região

CadÚnico mostra aumento de 270 pessoas no período; S.Bernardo concentra o maior contingente

GABRIEL GADELHA  
gabrielgadelha@dgsabc.com.br

A população em situação de rua no Grande ABC cresceu 10,5% em um ano, segundo dados do Cead (Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único). Em fevereiro de 2025, a região registrava 2.558 indivíduos nessa condição. No mesmo mês, o total chegou a 2.828 – crescimento de 270 pessoas.

Entre as sete cidades, São Bernardo registrou em fevereiro de 2026 o maior número de pessoas nessa condição, com 1.068, contra 983 no mesmo período do ano anterior. Em seguida aparecem Santo André, com 645 pessoas (eram 636), Diadema, com 429 (406 em 2025), Mauá, com 227 (215), Ribeirão Pires, com 219 (148), São Caetano, com 186 (211), e Rio Grande da Serra, com 54 registros (59).

Segundo o professor de Planejamento Urbano e Ambiental da UFABC (Universidade Federal do ABC) e coordenador do LabJuta (Laboratório Justiça Territorial), Francisco de Assis Comarú, o crescimento acompanha uma tendência observada em diversas cidades brasileiras. “O número de pessoas nessa condição é um indica-

dor das falhas das políticas sociais no País. Existe uma dimensão muito importante relacionada à crise da moradia, ao alto custo do aluguel e à dificuldade de muitas famílias para manter uma habitação”, afirma.

Comarú explica que o fenômeno se intensificou após a pandemia de Covid-19, quando muitas famílias perderam renda e moradia. A realidade de quem integra esse grupo revela um cenário marcado por vulnerabilidade, rupturas familiares e dependência química. É o caso de Marcelo de Oliveira Santos, 41 anos, que vive nas ruas de São Bernardo desde 2011.

Atualmente, ele permanece nas proximidades do Bom Prato, no Centro da cidade, e conta que a trajetória até a situação de rua foi marcada por problemas pessoais e vício em drogas.

“Família, decepção amorosa, essas coisas. O vício também”, resume. Santos conta que nos últimos dias está ainda mais vulnerável após sofrer um acidente enquanto trabalhava com reciclagem. “Fui levar meu material no ferro-velho, e o carro passou por cima da minha perna”, relata.

Apesar das dificuldades, ele diz que a solidariedade da população ajuda a enfrentar a rotina nas ruas. “Em São Bernardo eu falo que fome mesmo não passo. Graças a Deus. A população é muito boa e o pessoal ajuda. Eu também faço minhas reciclagens.”



DURA REALIDADE. Morador relata solidão e saudades da família

Para Santos, a maior dor não está apenas nas dificuldades materiais, mas na distância da família. “O que machuca mesmo é a falta dos familiares. Tem dia que é triste, tem dia que choro. Porque ninguém quer viver assim”, diz.

Natural de Ubatá, na Bahia, ele afirma que não mantém contato com parentes há cerca de dois anos e que tem dois filhos, que hoje vivem em outras cidades. Mesmo depois de mais de uma década nas ruas, Santos revela que o sonho continua

simples. “O meu sonho é pequeno: ter um lugar para morar, um bom almoço, um emprego e construir uma família de novo”, afirma.

## A conta não fecha, aponta especialista sobre número de vagas em abrigos

As Prefeituras mantêm uma rede de acolhimento voltada às pessoas em situação de rua. Somadas, as cidades possuem 700 vagas permanentes para pernoite em abrigos, casas de passagem ou moradias provisórias. Santo André concentra 243, São Bernardo oferece 180 vagas, São Caetano conta com 130, Diadema com 67, enquanto Mauá e Ribeirão Pires disponibilizam 40 cada. Já Rio Grande da Serra não possui unidades, o atendimento ocorre principalmente de forma emergencial durante a Operação Inverno, quando são disponibilizadas cerca de 20 vagas temporárias para pernoite.

Além das estruturas fixas, as cidades afirmam que reforçam ações de proteção social em períodos de frio ou calor intenso. As medidas incluem ampliação de vagas temporárias, distribuição de cobertores, alimentos e água, além do traba-

lho de equipes de abordagem social que circulam pelas ruas para oferecer acolhimento e encaminhamentos.

O professor de Planejamento Urbano e Ambiental da UFABC (Universidade Federal do ABC), Francisco de Assis Comarú, chama atenção para a diferença entre o número de pessoas em situação de rua e a quantidade de vagas disponíveis na rede de acolhimento. “Essa conta não fecha. Se todas as pessoas procurarem a rede de acolhimento ao mesmo tempo, não haverá vagas suficientes. Isso mostra que, além de não ser a solução mais adequada, o sistema ainda está subdimensionado”, avalia.

Diante desse cenário, Comarú aponta que experiências internacionais têm apostado em diferentes estratégias. “Existe um modelo chamado ‘Housing First’ (*Moradia Primeiro na tradução*), adotado em cidades como Nova Iorque. A lógica é garantir primeiro uma moradia para a pessoa. A partir daí, ela consegue tratar da saúde, buscar trabalho, organizar documentos e reconstruir a vida”, explica. **66**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1